

DISCURSO DO 25 ABRIL 2011

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Alcochete
Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal
Exmos. Srs. Vereadores
Exmos. Srs. Membros da Assembleia Municipal
Exmos. Srs. Representantes de Instituições e Associações Locais
Exmos. Srs. Convidados
Alcochetanos

Celebramos hoje o trigésimo sétimo aniversário do 25 de Abril.

Naquele tempo, foi com muita emoção e expectativa que todos os portugueses assistiram ao desenrolar de uma revolução que conseguiu reunir à sua volta o apoio quase unânime de todo o país.

A Revolução de Abril abriu um vasto horizonte de futuro a um povo ávido de Liberdade e Democracia.

Contudo, a alegria e o entusiasmo vivido nesse já longínquo dia não faziam imaginar as dificuldades que aos dias de hoje estamos a atravessar.

Assinalamos esta data num ambiente e numa conjuntura extremamente difícil.

A crise que assola o país pode tornar-se, a breve trecho, num quadro de falência social e económica sem precedentes, atingindo todos mas com especial incidência as famílias mais desfavorecidas e os trabalhadores em posição mais precária.

Gostava de estar aqui, perante vós, a fazer um discurso diferente, um discurso repleto de optimismo, semelhante àquele que era possível fazer há cerca de vinte anos atrás.

Infelizmente, a actual degradação da nossa vida pública e a inquietante situação financeira em que o país se encontra não me permitem fazê-lo.

Nesta altura, o melhor contributo que podemos dar a Portugal é falar verdade e ajudar a encontrar soluções que o possam tornar numa sociedade verdadeiramente moderna e desenvolvida.

As comemorações do 25 de Abril são assim o momento ideal para todos, em conjunto, reflectirmos, com coragem, sobre o caminho que devemos

prosseguir.

Evocar Abril não pode nem deve ser apenas uma festa.

É igualmente o tempo para corrigir erros, ajustar realidades e voltar a abrir uma janela de esperança.

A mesma esperança que o povo português teve há trinta e sete anos.

Durante anos procuraram ensinar-nos que “havia mais vida para além do défice” e que quem ouse poupar e não gastar mais do que aquilo que recebe é “economicista”.

Esta ausência de rigor e apetência pelo despesismo conduziram-nos ao presente descontrolo das contas públicas, cujas consequências são o que todos sabemos:

Endividamento, aumento dos impostos, crescimento económico nulo e recrudescimento da pobreza.

Hoje, com os peritos do FMI, FEEF e do Banco Central Europeu a planearem as mais diversas medidas restritivas para o Estado e para a nossa economia, é consensual que o empobrecimento será generalizado e a qualidade de vida dos portugueses fortemente penalizada.

Por isso, agora, não vale a pena passarmos o tempo em debates estéreis, a discutir o passado e a apontar responsáveis.

A crispação só torna as coisas piores.

Todos, Estado central, autarquias, organizações partidárias, sistema financeiro, empresas públicas, associações patronais e sindicatos, contribuíram, de uma forma ou outra, para a situação calamitosa a que chegamos.

E não tendo alternativa, só nos resta pedir ajuda...

Minhas senhoras e meus senhores

É chegada a hora de inverter o rumo.

Perante o actual panorama da economia e o frágil estado das finanças públicas, o nosso País tem necessidade de encarar os problemas com frontalidade e determinação, seja a nível nacional, seja a nível local.

É imperioso abandonar a demagogia e agir.

Olhar para as questões com seriedade e exigência.

Tomar medidas corajosas e aglutinar vontades para conseguirmos superar as dificuldades.

Estabelecer compromissos.

Se todos, numa atitude de diálogo e concertação, assumirmos as nossas responsabilidades, regenerarmos procedimentos e adoptarmos paradigmas de gestão mais eficazes, estou ciente que vamos conseguir transpor o quadro crítico em que nos encontramos.

Só em torno desta identidade e partilha se pode construir o futuro.

Como dizia John Kennedy: “Não pensem no que o país pode fazer por nós mas sim no que nós podemos fazer pelo país”.(fim de citação)

Apenas por esta via mudaremos de vida!

Eu, por mim, continuo a acreditar que saberemos ultrapassar o presente e imprimir uma rota de prosperidade a Portugal.

Honrando a memória dos Capitães de Abril que, nos anos de 1974 e 75, nos devolveram a Liberdade e instauraram a Democracia, temos de ser capazes de sair da crise e de implementar um modelo de desenvolvimento objectivamente sustentável.

Importa, para isso, explorar os recursos endógenos, potenciar oportunidades, promover novos relacionamentos, estimular sinergias, fomentar o empreendedorismo e incentivar a livre iniciativa.

Mas importa, acima de tudo, alavancar a actividade económica num momento em que a recessão começa a manifestar contornos deveras preocupantes.

Teremos seguramente sucesso se conseguirmos lançar os programas adequados que passam por dinamizar o investimento privado, apoiar as pequenas e médias empresas, diminuir a carga fiscal, criar emprego socialmente útil, adequar os mecanismos de protecção social e, por último, aumentar a segurança de pessoas e bens.

Por outro lado, ao nível do aparelho de Estado, a escassez de meios requer agora, mais do que nunca, eficiência no modo de gerir e enfrentar as dificuldades.

A utilização dos dinheiros públicos deve ser cuidadosa.

Tem de se evitar o desperdício.

Nada resolve atirar apenas dinheiro para cima dos problemas.

Torna-se fundamental inovar, apresentar ideias, operacionalizar decisões e garantir o consenso necessário.

Somente desta forma iremos conseguir criar condições para fazer as reformas de que necessitamos.

Terá de ser assim no país.

Terá de ser assim em Alcochete.

Entre nós, no concelho, face à mais que provável suspensão de um conjunto de investimentos previstos para a margem sul da área metropolitana de Lisboa, cabe legitimamente perguntar se alguns dos planos e projectos que o executivo autárquico tem em curso, são efectivamente imprescindíveis para Alcochete.

Será que alguns deles, como é o caso do conhecido PEDA, contribuirão na realidade para uma clara visão estratégica do município, sabendo nós que correm o risco de ficar rapidamente obsoletos em consequência da imprevisibilidade dos acontecimentos e das incertezas que se perspectivam?

Este assunto é pertinente e quero aqui deixar, desde já, um alerta.

O que deve ser feito é reavaliar investimentos e assumir apenas os compromissos que sejam indiscutivelmente uma mais-valia para o município.

Os tempos aconselham contenção nos custos, poupança e bom senso.

Quando tanto criticamos o governo central por gastos excessivos em planos, estudos e pareceres, temos igualmente de olhar com atenção para a nossa casa.

Não podemos correr o risco de hipotecar o futuro.

Minhas senhoras e meus senhores

Os dias que aí vêm serão de austeridade e provavelmente de grave carência social.

Urge estarmos preparados para atacar este fenómeno e debelar as situações de ruptura e de emergência nos grupos expostos a maior risco.

As autarquias têm neste domínio um importante papel a desempenhar.

O profundo conhecimento do seu território e a relação de proximidade que mantêm com os munícipes obrigam-nas a estar na primeira linha da detecção dos problemas e na assistência às populações necessitadas.

Assim sendo, também para elas, o investimento na área social deve constituir uma inequívoca prioridade.

Ele destina-se essencialmente a colmatar as necessidades mais básicas de certos segmentos sociais.

Mas o apoio a prestar não tem de ser exclusivamente caritativo.

Tem igualmente de assumir-se como o propulsor de uma plena integração das pessoas na vida activa.

Nunca tornar-se numa mera política de permanente incentivo à subsídio dependência e ao laxismo.

Aproximam-se tempos difíceis.

É hora de redobrar esforços e, tal como fizeram os militares de Abril, importa transmitir uma mensagem de confiança no futuro.

Por isso, hoje, mais do que nunca, exige-se maior competência, transparência e rigor aos decisores políticos.

Sem favorecimentos pessoais ou clientelismo cúmplice.

Os políticos devem estar ao serviço da população e não servir-se desta.

Só com uma postura íntegra e com elevado sentido de missão é possível devolver a esperança às populações.

Esperança por um melhor país, por um melhor concelho, por uma melhor vida para os nossos filhos.

Vou finalizar esta minha intervenção.

Mas, antes de o fazer, quero deixar aqui, nesta nossa casa, um apelo.

Um apelo, dirigido a todos aqueles que têm responsabilidades políticas.

Para que, pelo exemplo e dedicação, sejam capazes de restituir a confiança e a esperança a todos os alcochetanos.

Alcochete tem capacidades, tem gente empreendedora, trabalhadora e solidária.

Tem tudo para ser uma terra de progresso e prosperidade.

Viva Abril

Viva Alcochete

Viva Portugal